

# BOLETIM INFORMATIVO

JANEIRO  
2009

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SECRETARIA DE ESTADO DO ORÇAMENTO



DIRECÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO

Publicação mensal  
Direcção-Geral do Orçamento  
Telefone: 218846300  
Fax: 218824962  
Endereço Internet: <http://www.dgo.pt>  
Endereço *email*: [dgo@dgo.pt](mailto:dgo@dgo.pt)

# ÍNDICE

I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO DE 2009 .....	3
1. INTRODUÇÃO .....	3
2. ANÁLISE DA RECEITA .....	3
3. ANÁLISE DA DESPESA .....	5
II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008 .....	7
1. INTRODUÇÃO .....	7
2. ANÁLISE DA RECEITA .....	7
3. ANÁLISE DA DESPESA .....	8
III - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008 .....	11
1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA .....	11
2. NOTAS METODOLÓGICAS .....	11
IV - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO DE 2009 .....	13
1. INTRODUÇÃO .....	13
2. ANÁLISE DA RECEITA .....	13
3. ANÁLISE DA DESPESA .....	14
4. SALDO ORÇAMENTAL .....	16
ANEXOS .....	19
QUADRO I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO DE 2009) ..	21
QUADRO 2 - RECEITA DO SUBSECTOR ESTADO (JANEIRO DE 2009) .....	22
QUADRO 3 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO DE 2009) .....	23
QUADRO 4 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL (JANEIRO DE 2009) .....	24

QUADRO 5 - DESPESA DO SUBSECTOR ESTADO, POR MINISTÉRIOS E CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA (JANEIRO DE 2009) .....	25
QUADRO 6 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (JANEIRO DE 2009 / JANEIRO DE 2008) .....	26
QUADRO 6.A - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008 / JANEIRO A DEZEMBRO DE 2007) .....	27
QUADRO 7 - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008) .....	28
QUADRO 8 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL (JANEIRO DE 2009) ..	29
QUADRO 9 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES (JANEIRO DE 2009) .....	30
QUADRO 10 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008) .....	31
QUADRO 11 - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL (JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008) .....	32
QUADRO 12 - INDICADORES FÍSICOS DO SISTEMA DE PROTECÇÃO SOCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA .....	33

## I - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO SUBSECTOR ESTADO - JANEIRO DE 2009

### 1. INTRODUÇÃO

O valor preliminar do défice do subsector Estado, apurado na óptica da Contabilidade Pública, para o mês de Janeiro de 2009 situou-se em € 628.3 milhões, que compara com um défice de € 366.3 milhões registado no mês homólogo do ano anterior.

A receita registou uma taxa de variação homóloga (tvh) de -13.7%, tendo as receitas fiscais justificado em -8.9 p.p. esta contracção e as receitas não fiscais em -4.8 p.p..

A despesa decresceu 5.1% relativamente ao período homólogo do ano anterior. Esta descida mais acentuada que o esperado é explicada, em larga medida, pela menor execução da contribuição financeira para o orçamento da União Europeia no primeiro mês do corrente ano comparativamente com o valor homólogo de 2008. O grau de execução situou-se em 7.2%, inferior ao padrão de segurança de referência.

#### Execução orçamental do subsector Estado

(Período: Janeiro)	€ Milhões		
	2008	2009	Var.rel. (%)
Receita corrente	3.130,6	2.775,4	-11,3
Receita de capital	102,0	13,1	-87,2
<b>Receita</b>	<b>3.232,6</b>	<b>2.788,5</b>	<b>-13,7</b>
Despesa corrente	3.357,5	3.159,6	-5,9
<i>da qual:</i>			
Despesa corrente primária	3.123,3	2.969,5	-4,9
Despesa de capital	241,4	257,2	6,5
<b>Despesa</b>	<b>3.598,9</b>	<b>3.416,8</b>	<b>-5,1</b>
<i>da qual:</i>			
Despesa primária	3.364,7	3.226,7	-4,1
<b>Saldo global</b>	<b>-366,3</b>	<b>-628,3</b>	

### 2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva do subsector Estado ascendeu a € 2 788.5 milhões, apresentando um decréscimo em termos homólogos de 13.7%.

A receita fiscal em Janeiro de 2009 registou um decréscimo de 10,6%, quando comparada com o mesmo mês do ano de 2008. Este resultado encontra-se condicionado pela evolução quer dos impostos directos (-11.6%), quer dos impostos indirectos (-9.9%).

Em relação aos impostos directos, as receitas do IRS e do IRC registaram taxas de variação homólogas de, respectivamente, -1.1% e -73.2%. A redução registada na receita do IRC ficou a dever-se quer a uma redução da receita bruta do IRC (- € 23.1 milhões), quer aos aumentos de reembolsos (€ 50.5 milhões) e de transferências a favor das Regiões Autónomas (€ 31.3 milhões). Porém, convém salientar que, pela natureza não homogénea da receita de IRC ao longo dos meses, os valores agora registados não representam o comportamento esperado da receita deste imposto, uma vez que será o resultado, em

### Factores explicativos da variação da receita do subsector Estado

(Período: Janeiro)	€ Milhões			
	2008	2009	Tvha do período	Contr. p/tvha (em p.p.)
<b>Receita efectiva</b>	<b>3.232,6</b>	<b>2.788,5</b>	<b>-13,7%</b>	<b>-13,7</b>
Receitas fiscais	2.715,9	2.428,1	-10,6%	-8,9
Impostos directos	1.069,3	944,8	-11,6%	-3,9
<i>dos quais:</i>				
- IRS	912,5	902,8	-1,1%	-0,3
- IRC	154,0	41,2	-73,2%	-3,5
Impostos indirectos	1.646,6	1.483,3	-9,9%	-5,1
<i>dos quais:</i>				
- ISP	262,6	208,3	-20,7%	-1,7
- Imposto sobre veículos	80,5	91,5	13,7%	0,3
- IVA	959,1	881,9	-8,0%	-2,4
- Imposto consumo tabaco	139,7	77,2	-44,7%	-1,9
- Imposto de Selo	173,0	188,0	8,7%	0,5
Receitas não fiscais	516,7	360,4	-30,2%	-4,8

**Legenda** (última coluna): Contributo para a taxa de variação homóloga acumulada da receita (em pontos percentuais).

particular, da autoliquidação e dos pagamentos por conta, que determinarão a receita do ano.

Para a evolução negativa da receita dos impostos indirectos (-9.9%) contribuiu, com relevância significativa, a receita do imposto sobre o valor acrescentado, que registou, relativamente a Janeiro de 2008, uma redução de € 77.2 milhões de euros (-8.1%), a receita do imposto sobre o tabaco, que registou uma redução de € 62.5 milhões (-44.8%), bem como, a receita do imposto sobre os produtos petrolíferos, que registou, uma redução de € 54.3 milhões (-20.7%). De entre os factores explicativos para esta evolução, destaque para o abrandamento da actividade económica no último trimestre de 2008, ao qual acresce, no caso do imposto sobre o tabaco, de um efeito de base registado em Janeiro de 2008 (que decorreu da forte introdução no consumo deste tipo de produtos em Dezembro de 2007).

Por seu lado, o Imposto Único de Circulação (imposto que substituiu os extintos Imposto Municipal sobre Veículos, Imposto de Circulação e Imposto de Camionagem), cujo pagamento é efectuado no mês de aniversário da matrícula do veículo, registou um crescimento particularmente significativo (505.9%) que se deveu quer à normalização do imposto (menor número de sujeitos passivos que efectuaram o pagamento fora de prazo), quer ao efeito de alteração de estrutura no parque automóvel circulante em função do ano da matrícula dos automóveis.

Ainda no âmbito dos impostos indirectos, destaque para o desempenho do ISV e do Imposto do Selo com taxas de variação homólogas de, respectivamente, 13.6% e 8.7%. O acréscimo da receita do ISV em Janeiro de 2009 é explicado sobretudo pela antecipação da compra de veículos automóveis registada no mês anterior por parte dos consumidores, em resultado das alterações introduzidas pelo Orçamento de Estado para 2009 neste imposto.

Por último, salienta-se o facto dos valores agora apresentados dizerem respeito apenas a um mês de receita e estarem, nalguns casos, influenciados por efeitos de natureza pontual, não permitindo, por enquanto, extrair uma tendência para o ano.

Por sua vez, a receita não fiscal registou uma taxa de variação de -30.2%, essencialmente justificado pelo comportamento da rubrica de "saldo da gestão anterior".

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa do subsector Estado situou-se em € 3 416.8 milhões, representando um decréscimo em termos homólogos de 5.1%. O grau de execução da despesa situou-se em 7.2%.

O comportamento da despesa no mês de Janeiro reflectiu, em grande medida, o diferente padrão intra-anual da contribuição financeira de Portugal para o orçamento da União Europeia.

De referir que, com a aprovação do Orçamento do Estado para 2009, procedeu-se à reclassificação da parcela do financiamento do Orçamento do Estado destinada à cobertura do défice do sistema de pensões da Caixa Geral de Aposentações, I.P. (CGA) de “despesas com pessoal - segurança social” para “transferências correntes do Orçamento do Estado” (ver nota metodológica em caixa neste boletim).

Procedendo à análise da despesa do subsector Estado por classificação económica, o aumento das “despesas com pessoal” no período de Janeiro de 2009 em termos comparáveis foi de 2.3%. Por sua vez, as despesas com remunerações certas e permanentes - que não são influenciadas pela alteração contabilística referida atrás - registaram um decréscimo de 2%. Refira-se que, para a quase generalidade dos ministérios, a despesa com remunerações do mês de Janeiro não inclui a respectiva actualização salarial, quer em 2008, quer em 2009.

A evolução das “transferências correntes” em termos comparáveis (-8.2%) reflecte a interacção de factores de impacto contrário. Assim, é de assinalar, por um lado:

- O decréscimo das transferências para o orçamento da União Europeia;
- A redução das transferências para a Administração Local, o que traduz o facto de a componente da “participação variável no IRS” prevista na lei de Finanças Locais, passar, a partir de 2009, a ser contabilizada como receita fiscal directa das autarquias quando, até 2008, se processava por transferências do Orçamento do Estado.

Por outro lado, com impacto positivo nas transferências, é de referir:

- O aumento em termos homólogos da transferência para a CGA para efeitos de cobertura do défice do sistema de pensões, cuja tvh (40.6%) reflecte o diferente padrão de execução intra-anual desta rubrica;

- O acréscimo das transferências no âmbito do cumprimento da lei de bases da segurança social, consistente com a dotação prevista no Orçamento do Estado para 2009;
- O crescimento das transferências do Orçamento do Estado destinadas ao financiamento do Serviço Nacional de Saúde.

O comportamento das despesas com subsídios traduz o diferente padrão intra-anual de alguns pagamentos que foram processados mais cedo no corrente ano, quando comparados com o verificado no ano anterior.

A tvh da despesa de capital situou-se em 6.5%. Para este aumento contribuíram as transferências de capital para a Administração Central, nomeadamente as executadas, no âmbito dos Investimentos do Plano, para a Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P..

#### **Caixa 1 - Nota metodológica sobre a alteração das contribuições do Estado para a Caixa Geral de Aposentações**

A Lei do Orçamento do Estado para 2009 (Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro) alterou de forma significativa a estrutura das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (CGA). Até 2008, a contribuição do Estado era integralmente suportada pelo Ministério das Finanças e da Administração Pública, através de uma rubrica específica, num montante que permitisse à CGA o pagamento das pensões. Esta despesa do Estado era integralmente contabilizada como Despesas com o pessoal, no sub-agrupamento de Segurança Social.

Decorrem desta forma de contabilizar a contribuição do Estado para a CGA duas situações:

- 1) - Devido ao envelhecimento da população, a contribuição para a CGA tem vindo a crescer mais rapidamente que as remunerações exagerando o crescimento das Despesas com pessoal. Esta situação é ainda mais agravada uma vez que as novas inscrições na CGA estão vedadas, não se verificando a substituição dos subscritores que se vão aposentando;
- 2) - Os novos funcionários são inscritos na Segurança Social devendo os serviços realizar contribuições enquanto entidades patronais. Assim, as despesas com pessoal seriam duplamente afectadas pelas contribuições para a Segurança Social: por um lado, contar-se-ia com a contribuição do Estado para a CGA e por outro com as contribuições para a Segurança Social.

Com a alteração introduzida com a Lei do Orçamento para 2009, todos os serviços integrados passam a fazer contribuições, enquanto entidades patronais, de 7,5% das remunerações, em 2009. Esta taxa deverá evoluir para a taxa de 15% comum aos restantes serviços da Administração Pública e próxima da taxa que se obteria na Segurança Social para os riscos cobertos pela CGA.

Em termos contabilísticos, esta contribuição patronal é contabilizada como despesa de pessoal, sendo a restante transferência necessária ao equilíbrio financeiro da CGA contabilizada com uma transferência corrente entre Administrações Públicas.

Com esta alteração, que não influencia o total da despesa em contabilidade pública, procura-se que as despesas com pessoal e sua evolução se tornem comparáveis com as despesas com pessoal do resto da economia.

## II - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008

### 1. INTRODUÇÃO

O saldo global provisório do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos (SFA), excluindo o Serviço Nacional de Saúde (SNS) ascendeu, no período em análise, a € 318.8 milhões, apresentando uma melhoria relativamente a 2007, de € 8.9 milhões.

### 2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu € 15 747.8 milhões, que corresponde a um crescimento de 3.3% em face do valor verificado no período homólogo. Em particular, a receita de capital registou um significativo aumento.

O crescimento de 1.2%, registado nas receitas correntes encontra-se essencialmente influenciado pelo acréscimo de "outras receitas correntes", que se deve à inclusão no orçamento do Instituto de Gestão e de Infra-estruturas da Justiça (IGFIJ) das verbas provenientes de custas judiciais e ao facto do Decreto-Lei nº 34/2008<sup>1</sup>, de 26 de Fevereiro, deixar de prever a existência de depósitos autónomos.

As transferências correntes provenientes da União Europeia registaram um aumento que se ficou a dever, essencialmente, ao facto do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas (IFAP) ter beneficiado dum maior nível de transferências no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) para financiamento dos projectos inseridos no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural (2007-2013) - PRODER.

A receita corrente encontra-se, ainda, influenciada pela variação positiva das contribuições para a Caixa Geral de Aposentações (CGA), na sequência de uma maior participação do Orçamento do Estado e de outras entidades

#### Contribuições para a CGA

	€ Milhões		
	2007	2008	Tvh (%)
<b>Contribuições para a CGA:</b>			
- Quotas de subscritores	1.476,7	1.446,4	-2,1
- Participação do Orçamento do Estado	3.291,4	3.396,1	3,2
- Administrações Públicas	536,3	466,1	-13,1
- Contribuições de entidades	813,8	867,2	6,6
<b>Total</b>	<b>6.118,2</b>	<b>6.175,8</b>	<b>0,9</b>

<sup>1</sup> Regulamento das Custas Processuais, cuja entrada em vigor se iniciou a 1 de Setembro de 2008.

com trabalhadores abrangidos pelo regime de protecção social da função pública em matéria de pensões.

Os impostos indirectos cresceram 8.7% relacionado com o maior nível da receita do imposto de jogo registado pelo Turismo de Portugal, I.P. (TP). Acresce referir que este crescimento encontra-se influenciado, quer pelo IVA destinado às entidades regionais de turismo, no âmbito das funções de intermediário que o TP passou a assumir em 2008, quer pelas deduções autorizadas em 2007 como contrapartidas de obras de melhoramento nos casinos.

A variação negativa das receitas provenientes da cobrança de taxas, multas e outras penalidades, é justificada pelo IGFIJ, na sequência da adopção de várias medidas de simplificação, desmaterialização e eliminação de actos e procedimentos administrativos, associados à cobrança de taxas de registo predial, automóvel e de outros actos notariais conexos,<sup>2</sup> a partir de 2008.

A evolução das receitas de capital, que registaram um crescimento de 24.5% face a 2007, está sobretudo associada:

- à concretização do processo de alienação de património do Estado afecto ao Ministério da Justiça - cujo produto da venda constitui receita do IGFIJ - ascendeu, em 2008, a € 112 milhões<sup>3</sup>; e

- ao acréscimo das transferências provenientes da União Europeia, destinadas ao Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação (IAPMEI), no âmbito do PRIME, em resultado do prazo para encerramento do QCA III se encontrar previsto para o final de 2008 e, embora de menor expressão, em resultado do arranque do QREN.

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa efectiva atingiu, no período em análise, o montante de € 15 376.4 milhões, que corresponde a um crescimento de 2.9% face à execução observada em 2007.

---

<sup>2</sup> Portaria nº 99/2008, de 31 de Janeiro e Portaria nº 622/2008, de 18 de Julho

<sup>3</sup> Valor que compara com € 4.7 milhões em 2007.

A evolução das despesas correntes é justificada em grande medida pelo aumento das transferências para entidades que não integram as Administrações Públicas, destacando-se:

- as pensões e outros abonos da responsabilidade da CGA, cujo crescimento resultou do aumento do número de novos pensionistas; e

- IFAP, pelo pagamento das indemnizações compensatórias e das medidas agro-ambientais no âmbito do PRODER - Programa de Desenvolvimento Rural, cujas acções foram intensificadas em 2008.

#### CGA – Pensões e Outros Abonos

	2007	2008	€ Milhões Tvh (%)
<i>da responsabilidade:</i>			
- CGA	6.339,7	6.708,1	5,8%
- Estado	228,8	232,9	1,8%
- Outras Entidades	659,4	675,3	2,4%
<b>Total</b>	<b>7.227,92</b>	<b>7.616,27</b>	<b>5,4%</b>

A variação das despesas de natureza corrente, encontra-se ainda influenciada pelas transferências para as associações humanitárias de bombeiros, a fim de garantir o seu funcionamento e a formação contínua dos corpos de bombeiros, realizadas pela Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), que passou a integrar o subsector a partir do 2º semestre de 2007, sucedendo nas competências e atribuições ao Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

A diminuição registada com a concessão de subsídios é justificada pelo IFAP, na sequência da redução dos pagamentos no âmbito do RPU - Regime de Pagamento em 2008, e pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, estando em causa a alteração do procedimento relativo ao pagamento de projectos co-financiados pelo Fundo Social Europeu, no âmbito da transição do QCA III para o QREN, que deixou de ser concretizado pelo IIEFP, passando para a esfera de competências do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

A evolução das despesas de capital encontra-se fundamentalmente relacionada com o aumento das transferências para entidades não pertencentes ao perímetro das Administrações Públicas, sendo em parte justificada pelas concretizadas pelo IAPMEI, no âmbito do PRIME, e destinadas à Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal - AICEP para promoção do investimento.

As transferências de capital para entidades que integram o sector das Administrações Públicas registaram uma diminuição que é explicada pelo IFAP, em virtude de uma redução das transferências para a Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural<sup>4</sup> e para a Direcção-Geral de Recursos

<sup>4</sup> De acordo com a Lei orgânica do MADRP, a DGADR sucede nas atribuições e competências, no domínio do planeamento, controlo e avaliação do sistema

Florestais, que se destinam a projectos co-financiados de que são promotores.

---

hidro-agrícola nacional, do Instituto para o desenvolvimento Rural e Hidráulica (IDRHA).

### III - EXECUÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2008<sup>5</sup>

#### 1. ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A execução económico-financeira do Serviço Nacional de Saúde em Dezembro de 2008, apresenta um saldo de € 42.7 milhões.

A receita cobrada total regista uma evolução de +2.3%.

Na despesa, verifica-se um acréscimo de +3.2%, sendo de salientar as seguintes variações nas diferentes rubricas da despesa:

- Pessoal - ligeiro acréscimo de 0,7%;
- Compras +2,9%;
- Fornecimento e Serviços +3,5%
- Subcontratos +4,2%

#### 2. NOTAS METODOLÓGICAS

Em Setembro e Outubro de 2008 os seguintes hospitais e sub-regiões passaram a integrar o grupo de Entidades Públicas Empresariais:

- Centro Hospitalar Póvoa de Varzim Vila do Conde (Setembro)
- Hospitais da Universidade de Coimbra (Setembro)
- Hospital de Faro (Setembro)
- Hospital da Guarda (Outubro)
- Hospital de Seia (Outubro)
- Sub-região de Saúde de Viana Castelo (Outubro)
- Sub-região de Saúde da Guarda (Outubro)
- Sub-região de Saúde de Beja (Outubro)

De forma a permitir a comparabilidade e analisar a evolução dos elementos do ano de 2008 com o ano de 2007, foi construído o "Universo Comparável de 2007" de acordo com o actual universo de instituições do SPA (Dezembro 2008).

---

<sup>5</sup> Relatório elaborado pela Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

Os elementos agora apresentados foram consolidados dos fluxos Inter-Instituições do SPA nas rubricas de Subsídio de Investimento, Prestações de Serviços, Outros Proveitos Operacionais, Subcontratos e Outras Despesas.

Dado que as instituições do SPA ainda não encerraram as contas, a informação referente a Dezembro de 2008 é ainda provisória.

## IV - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA SEGURANÇA SOCIAL - JANEIRO DE 2009 <sup>6</sup>

### 1. INTRODUÇÃO

A receita total do período em análise, incluindo o saldo de anos anteriores no valor de € 719.9 milhões, evidencia um acréscimo de 59.6% em relação ao período homólogo de 2008 e a despesa total evidencia um acréscimo de 54.3% em relação ao mesmo período.

A receita efectiva regista um decréscimo de 3.5% enquanto que a despesa efectiva evidencia um acréscimo de 8.1% quando comparadas com os valores registados no período homólogo de 2008.

O comportamento da receita está condicionado, nomeadamente, pela evolução das contribuições que representando 65.6% da receita efectiva evidenciam um acréscimo de 1.9% relativamente ao período homólogo de 2008 e pelas transferências correntes obtidas que representam 32.2% da receita efectiva e registam um decréscimo de 13% relativamente a igual período de 2008.

O acréscimo de 8.1% na despesa efectiva, relativamente ao valor registado no período homólogo de 2008, decorre nomeadamente do agravamento das despesas com pensões que registam uma variação positiva de 5.8% e de um decréscimo de 27% nos subsídios a acções de formação profissional.

A execução orçamental do período em análise gerou um saldo orçamental na óptica da contabilidade pública de € 384.8 milhões, reflectindo um decréscimo de € 186.4 face ao valor obtido em igual período de 2008.

### 2. ANÁLISE DA RECEITA

A receita efectiva atingiu no período em análise € 1 926.4 milhões, denotando, em relação ao período homólogo do ano

#### Saldo da gerência anterior – Saldo orçamental com aplicação em despesa

€ milhões	
Sistema / subsistema	Saldo inicial
Sistema de Protecção Social de Cidadania	4,4
Subsistema Solidariedade	0,0
Subsistema Protecção Familiar	0,0
Subsistema Acção Social	4,4
Sistema Previdencial	715,5
Subsistema Repartição	118,9
Subsistema Capitalização	596,7
<b>Total</b>	<b>719,9</b>

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

<sup>6</sup> Relatório elaborado pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP.

anterior, um decréscimo de 3.5%. Para o referido resultado contribuíram, nomeadamente:

- Receita de Contribuições: As contribuições e quotizações cobrados no período de Janeiro de 2009 situam-se em € 1 262.8 milhões, representando 65.6% da receita efectiva do Sistema de Segurança Social e evidenciando um acréscimo de 1.9% relativamente a igual período de 2008.

- Receita do IVA Social - Lei n.º 39-B/94, de 27 de Dezembro: O montante recebido de IVA Social para financiamento do Subsistema de Protecção Familiar apresenta um nível de execução de 8.3%, evidenciando um acréscimo de 3.1% face ao período homólogo de 2008.

- Transferências do MTSS: As transferências do MTSS, incluindo o IVA - Lei n.º 39/2005, de 24 Junho, para cobertura financeira das despesas do Sistema de Protecção Social de Cidadania que inclui o Subsistema de Solidariedade, o Subsistema de Protecção Familiar e o Subsistema de Acção Social, atingiram € 509.4 milhões, excedendo em 8.3% o valor recebido em igual período do ano anterior.

As transferências do MTSS para financiamento da componente pública nacional dos subsídios às Acções de formação profissional que integram o Sistema Previdencial - Repartição (100% - QREN e 50% - QCA's) atingiu o montante de € 17.6 milhões.

- Transferências da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa: No valor de € 12.5 milhões acusam um decréscimo de 10.8% em relação ao período homólogo de 2008.

- Transferências do Exterior - Fundo Social Europeu: No período de Janeiro de 2009, foram transferidos € 4.2 milhões com origem no Fundo Social Europeu, registando um decréscimo de 97.1% relativamente ao período homólogo de 2008.

- Transferências de Capital - OE e FEDER: Transferências provenientes da União Europeia - FEDER que atingiram o montante de € 0.6 milhões, representando um decréscimo de 11.1% em relação ao mesmo período do ano anterior.

### 3. ANÁLISE DA DESPESA

A despesa efectiva atingiu no período de Janeiro de 2009 o montante de € 1 541.6 milhões, representando, em relação a idêntico período de 2008, um acréscimo de 8.1%.

#### Subsistema de Protecção Familiar

	€ milhões				
Previsão receita 2009	Execução orçamental Janeiro de 2008	Execução orçamental Janeiro de 2009	Variação homóloga Janeiro 2008 /2009		Grau execução relativamente OSS/2009 (%)
IVA Social - Lei 39-B/1994, de 27 de Dezembro	713,1	57,7	59,4	3,1%	8,3

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP

Para o supracitado comportamento da despesa, há a referir o seguinte:

- Pensões: A execução orçamental desta rubrica evidencia uma despesa de € 950.7 milhões que corresponde a 7% do valor orçamentado, reflectindo um crescimento de 5.8% face ao período homólogo do ano anterior e representando 61.7% da despesa efectiva total.

Para este crescimento concorre, nomeadamente, a despesa registada na eventualidade da "Velhice" que apresenta uma variação homóloga de 6%, na eventualidade de "Sobrevivência" com uma variação de 7.8% e na "Invalidez" com uma variação positiva de 1.9%.

- Subsídios de desemprego e social de desemprego e apoios ao emprego: No período de Janeiro de 2009 a despesa registada com o subsídio de desemprego, social de desemprego e apoios ao emprego atingiu o montante de € 141.6 milhões, representando 9.2% da despesa efectiva e 9.7% da despesa corrente realizada, correspondente a uma execução orçamental de 9%.

A despesa realizada no período em análise evidencia ainda um acréscimo de 8.6% relativamente a igual período de 2008.

- Abono de Família: Atingiu no período em análise o montante de € 73.2 milhões, no que absorve 4.7% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 29.7% em relação a igual período de 2008 e executando 7.7% do valor orçamentado.

- Subsídio e complemento de doença: No montante de € 41.5 milhões, representando 2.7% da despesa efectiva do Sistema, apresentam um acréscimo de 5.6% em relação a igual período de 2008, o que traduz um grau de execução orçamental de 9.8%.

- Rendimento Social de Inserção: Atingiu o montante de € 38.1 milhões, absorvendo 2.5% da despesa efectiva do Sistema, evidenciando um acréscimo de 18.9% relativamente ao mesmo período de 2008 e executando 8.8% do valor orçamentado.

- Acção Social: A despesa com as prestações de Acção Social ascende ao montante de € 117.7 milhões, isto é, 7.6% da despesa efectiva do Sistema, apresentando um nível de execução de 7.1%, revelando, em relação a igual período de 2008, um acréscimo nominal de € 13.2 milhões, ou seja, uma variação positiva de 12.6%.

- Subsídios a Acções de formação profissional: No total de € 25.1 milhões, evidenciam um decréscimo de 27% relativamente a igual período do ano transacto. De referir que estas acções de formação profissional são co-financiadas pelo FSE, apresentando, nesta componente, um decréscimo de 99.4% face a igual período do ano transacto, enquanto que na componente pública nacional se verifica um acréscimo da ordem dos 143.4%.

#### 4. SALDO ORÇAMENTAL

Em 31 de Janeiro de 2009 o saldo da execução do orçamento do Sistema de Segurança Social, na óptica de Contabilidade Pública, no valor de € 384.8 milhões, reflecte um decréscimo de € 186.4 milhões que em igual período do ano anterior, sendo que para este resultado concorreram, no que se refere à:

##### RECEITA

O decréscimo de € 70.5 milhões registado na receita efectiva, isto é, menos 3.5% que em igual período de 2008, justificado, nomeadamente, pelo:

- Comportamento da receita de contribuições que regista no primeiro mês de 2009 um acréscimo de € 23.4 milhões relativamente ao período homólogo de 2008;
- Valor das transferências correntes recebidas do Orçamento de Estado (receitas fiscais consignadas e transferências do MTSS, incluindo o valor destinado ao co-financiamento da Componente Pública Nacional das AFP) que evidencia no período em análise um acréscimo de € 41 milhões relativamente a igual período de 2008;
- Montante das transferências correntes recebidas do FSE, cuja diferença relativamente a igual período de 2008 é de menos € 139.4 milhões;
- O valor das restantes parcelas da receita efectiva, cujo cômputo é superior em € 4.5 milhões ao valor registado em igual período de 2008.

##### DESPESA

A despesa efectiva do Sistema de Segurança Social evidencia no período em análise um acréscimo de € 115.9 milhões, isto é, mais 8.1% quando comparado com o período homólogo de 2008, sendo que para aquela diferença concorre, nomeadamente, o valor de:

- A despesa paga em prestações sociais, registando um acréscimo de € 126.3 milhões face a idêntico período de 2008, isto é, mais 9.6%;

- O valor das restantes componentes da despesa efectiva do Sistema cujo cômputo é inferior ao registado no mesmo período de 2008 em € 10.4 milhões.

O saldo da execução do orçamento, na óptica da Contabilidade Pública, apresenta o desdobramento por Sistemas evidenciado no quadro à margem.

**Saldo de execução orçamental da Segurança Social por sistemas**

	€ milhões
<b>Saldo por sistemas de Segurança Social</b>	
Sistema Previdencial - Repartição	263,3
Sistema Previdencial - Capitalização	76,5
Sistema Protecção Social de Cidadania	45,0
<b>Saldo global</b>	<b>384,8</b>

Fonte: Instituto Gestão Financeira Segurança Social, IP



# Anexos



**Quadro 1. Execução orçamental do subsector Estado**  
(Período: Janeiro)

	€ Milhões		
	2008	2009	Tvha (%)
<b>Receitas correntes</b>	<b>3.130,6</b>	<b>2.775,4</b>	<b>-11,3</b>
Receitas fiscais	2.715,9	2.428,1	-10,6
Impostos directos	1.069,3	944,8	-11,6
Impostos indirectos	1.646,6	1.483,3	-9,9
Outras receitas correntes	414,7	347,3	-16,3
<b>Despesas correntes</b>	<b>3.357,5</b>	<b>3.159,6</b>	<b>-5,9</b>
Despesas com o pessoal	1.035,0	748,6	-27,7
Aquisição de bens e serviços correntes	36,3	33,9	-6,6
Juros e outros encargos	234,2	190,1	-18,8
Transferências correntes	2.026,0	2.139,0	5,6
Administrações Públicas	1.499,8	1.993,0	32,9
Outras	526,2	146,0	-72,3
Subsídios	0,5	13,2	2.320,9
Outras despesas correntes	25,5	34,8	36,2
<b>Receitas de capital</b>	<b>102,0</b>	<b>13,1</b>	<b>-87,2</b>
<b>Despesas de capital</b>	<b>241,4</b>	<b>257,2</b>	<b>6,5</b>
Investimento	4,3	3,7	-14,7
Transferências de capital	235,8	251,8	6,8
Administrações Públicas	212,3	225,9	6,4
Outras	23,6	25,9	10,0
Outras despesas de capital	1,3	1,7	35,4
<b>Saldo global</b>	<b>-366,3</b>	<b>-628,3</b>	
<i>Por memória:</i>			
Saldo corrente	-226,9	-384,2	
Saldo de capital	-139,4	-244,1	
Saldo primário	-132,1	-438,2	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-0,6	2,2	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 2. Receita do subsector Estado**  
(Período: Janeiro)

€ Milhões

	2008	Grau exec. (%)	2009	Grau exec. (%)	Tvha (%)
<b>Receitas fiscais</b>	<b>2.715,9</b>	<b>7,5</b>	<b>2.428,1</b>	<b>6,5</b>	<b>-10,6</b>
Impostos Directos	1.069,3	7,2	944,8	6,2	-11,6
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	912,5	9,9	902,8	9,6	-1,1
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	154,0	2,8	41,2	0,7	-73,2
Outros	2,8	28,0	0,8	7,7	-71,4
Impostos Indirectos	1.646,6	7,6	1.483,3	6,8	-9,9
Imposto sobre produtos petrolíferos e energéticos (ISP)	262,6	9,5	208,3	7,9	-20,7
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	959,1	6,8	881,9	6,1	-8,0
Imposto sobre Veículos	80,5	7,2	91,5	8,3	13,7
Imposto de consumo sobre o tabaco	139,7	9,8	77,2	5,6	-44,7
Imposto sobre álcool e bebidas alcoólicas (IABA)	27,2	12,8	23,7	10,8	-12,9
Imposto do selo	173,0	9,5	188,0	9,6	8,7
Imposto Único de Circulação (IUC)	1,8	1,6	10,9	8,1	505,6
Outros	2,7	5,3	1,8	3,5	-33,3
<b>Receitas não fiscais</b>	<b>516,7</b>	<b>15,6</b>	<b>360,4</b>	<b>8,4</b>	<b>-30,2</b>
Correntes	414,7	14,1	347,3	10,0	-16,3
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	15,4	8,4	11,1	5,5	-27,9
Comparticipações para a ADSE	15,4	8,4	11,1	5,5	-27,9
Taxas, Multas e Outras Penalidades	6,9	1,2	45,2	5,8	555,1
Taxas	12,1	4,7	14,1	3,8	16,5
Juros de mora e compensatórios	13,1	8,7	10,9	6,8	-16,8
Multas do Código da Estrada	9,4	9,6	11,1	11,4	18,1
Outras multas e penalidades diversas	-27,7	-35,1	9,1	6,1	-132,9
Rendimentos da Propriedade	4,8	1,2	0,4	0,1	-91,7
Juros	0,2	2,3	0,3	2,9	50,0
Dividendos e participações nos lucros	4,4	1,1	0,0	0,0	-100,0
Outros	0,2	3,6	0,1	5,6	-50,0
Transferências Correntes	144,2	13,6	69,0	6,1	-52,1
Administrações públicas	64,8	7,0	66,1	7,5	2,0
Exterior	79,2	63,5	2,8	1,2	-96,5
Outras	0,2	1,4	0,1	0,6	-50,0
Venda de Bens e Serviços Correntes	56,8	12,2	57,6	10,7	1,4
Outras Receitas Correntes	0,6	1,7	1,5	2,0	150,0
Prémios e taxas por garantias de riscos	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outros	0,6	2,9	1,5	8,3	150,0
Recursos Próprios Comunitários	12,6	7,3	14,0	7,7	11,1
Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	173,4	626,0	148,5	536,1	-14,4
Capital	102,0	28,5	13,1	1,6	-87,2
Venda de Bens de Investimento	-8,9	-	0,0	0,0	-100,0
Transferências de Capital	1,2	0,8	0,8	0,3	-33,3
Administrações públicas	1,1	2,3	0,7	1,0	-36,4
Exterior	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Outras	0,1	10,0	0,1	-	0,0
Saldos da Gerência Anterior	109,6	777,3	12,2	81,3	-88,9
Outras Receitas de Capital	0,1	20,0	0,1	0,0	0,0
<b>Receita efectiva</b>	<b>3.232,6</b>	<b>8,1</b>	<b>2.788,5</b>	<b>6,7</b>	<b>-13,7</b>

Por memória:

Activos Financeiros	0,6		0,1		
Alienação de partes sociais das empresas	0,0		0,0		
Outros activos	0,6		0,1		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Nota:** Os valores do conjunto das receitas fiscais, do artigo “Comparticipações para a ADSE” e do capítulo “Taxas, multas e outras penalidades”, para 2009, são fornecidos pela Secretaria de Estado dos Assuntos Fiscais. A distribuição dos valores deste último capítulo, em 2009, é efectuada proporcionalmente aos valores registados no Sistema Central de Receita (SCR). As outras receitas não fiscais em 2009, com excepção do capítulo “Recursos próprios comunitários”, são meras estimativas, que tiveram também em conta a informação disponibilizada no SCR pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP), I.P.. As receitas para 2008 são as que constam do SCR e são valores provisórios.

**Quadro 3. Despesa do subsector Estado, por classificação económica**  
(Período: Janeiro)

	€ Milhões					Por memória:	
						Despesas anos anteriores	
	2008	Grau execução (%)	2009	Grau execução (%)	Tvha (%)	2008	2009
<b>Despesas correntes</b>	<b>3.357,5</b>	<b>7,7</b>	<b>3.159,6</b>	<b>7,1</b>	<b>-5,9</b>	<b>5,7</b>	<b>10,8</b>
Despesas com o pessoal	1.035,0	7,4	748,6	7,0	-27,7	4,1	5,5
Remunerações Certas e Permanentes	594,8	7,1	583,1	7,4	-2,0	1,8	2,0
Abonos Variáveis ou Eventuais	26,1	5,2	29,2	5,8	11,8	0,8	0,8
Segurança Social	414,1	8,1	136,4	5,9	-67,1	1,6	2,7
Aquisição de bens e serviços correntes	36,3	2,2	33,9	2,5	-6,6	1,2	5,2
Juros e outros encargos	234,2	4,6	190,1	3,3	-18,8		
Transferências correntes	2.026,0	9,4	2.139,0	8,5	5,6	0,3	0,0
Administrações Públicas	1.499,8	7,8	1.993,0	8,8	32,9	0,3	0,0
Administração Central	809,5	7,6	1.272,2	9,2	57,2		
Administração Regional	0,0	-	0,0	-	-		
Administração Local	202,5	9,7	193,8	10,1	-4,3	0,3	
Segurança Social	487,8	7,6	527,0	7,7	8,0		
Outras transferências correntes	526,2	21,2	146,0	5,6	-72,3	0,0	0,0
Subsídios	0,5	0,0	13,2	1,9	2.320,9		0,0
Outras despesas correntes	25,5	6,4	34,8	4,2	36,2	0,1	0,1
<b>Despesa corrente primária</b>	<b>3.123,3</b>	<b>8,1</b>	<b>2.969,5</b>	<b>7,6</b>	<b>-4,9</b>	<b>5,7</b>	<b>10,8</b>
<b>Despesa de capital</b>	<b>241,4</b>	<b>7,9</b>	<b>257,2</b>	<b>7,9</b>	<b>6,5</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>
Investimento	4,3	0,5	3,7	0,5	-14,7	0,1	0,0
Transferências de capital	235,8	11,2	251,8	11,3	6,8	0,0	0,0
Administrações Públicas	212,3	10,9	225,9	11,2	6,4	0,0	0,0
Administração Central	11,5	1,8	18,5	2,9	61,9		
Administração Regional	138,4	24,9	140,1	25,0	1,2		
Administração Local	62,4	8,2	67,3	8,3	7,8		
Segurança Social	0,0	0,0	0,0	0,0	-		
Outras transferências de capital	23,6	14,9	25,9	11,7	10,0		
Outras despesas de capital	1,3	2,9	1,7	0,7	35,4		0,0
<b>Despesa efectiva</b>	<b>3.598,9</b>	<b>7,7</b>	<b>3.416,8</b>	<b>7,2</b>	<b>-5,1</b>	<b>5,9</b>	<b>10,8</b>
<i>Por memória:</i>							
Activos financeiros	0,0		2,3				
Passivos financeiros	10.865,8		7.838,5				
Transferência para o Fundo Regularização da Dívida Pública	0,0		0,0				

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 4. - Despesa do subsector Estado, por classificação funcional**  
(Período: Janeiro)

	€ Milhões			
	2008	Estrutura (%)	2009	Estrutura (%)
<b>Funções Gerais de Soberania</b>	<b>377,2</b>	<b>10,5</b>	<b>383,2</b>	<b>11,2</b>
Serviços Gerais da Administração Pública	123,0	3,4	131,2	3,8
Defesa Nacional	82,7	2,3	77,7	2,3
Segurança e Ordem Públicas	171,5	4,8	174,4	5,1
<b>Funções Sociais</b>	<b>2.085,2</b>	<b>57,9</b>	<b>2.319,3</b>	<b>67,9</b>
Educação	503,1	14,0	544,3	15,9
Saúde	727,7	20,2	744,9	21,8
Segurança e Acção Sociais	826,6	23,0	996,1	29,2
Habitação e Serviços Colectivos	10,3	0,3	15,4	0,5
Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	17,5	0,5	18,7	0,5
<b>Funções Económicas</b>	<b>24,4</b>	<b>0,7</b>	<b>26,7</b>	<b>0,8</b>
Agricultura e Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca	9,7	0,3	16,2	0,5
Indústria e Energia	0,0	0,0	0,0	0,0
Transportes e Comunicações	4,6	0,1	3,4	0,1
Comércio e Turismo	0,0	0,0	0,0	0,0
Outras Funções Económicas	10,1	0,3	7,2	0,2
<b>Outras Funções</b>	<b>1.112,1</b>	<b>30,9</b>	<b>687,5</b>	<b>20,1</b>
Operações da Dívida Pública	234,2	6,5	190,1	5,6
Transferências entre Administrações Públicas	877,9	24,4	497,4	14,6
Diversas não especificadas	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>Despesa efectiva</b>	<b>3.598,9</b>	<b>100,0</b>	<b>3.416,8</b>	<b>100,0</b>
<i>Por memória:</i>				
Activos financeiros	0,0		2,3	
Funções Gerais de Soberania	0,0		2,3	
Funções Sociais	0,0		0,0	
Funções Económicas	0,0		0,0	
Passivos financeiros e transferência FRDP				
Outras funções	10.865,8		7.838,5	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 5. - Despesa do subsector Estado, por Ministérios e classificação económica**  
(Período: Janeiro de 2009)

€ Milhões

	Encargos Gerais do Estado	Presidência do Conselho de Ministros	Negócios Estrangeiros	Finanças e da Administração Pública	Defesa Nacional	Administração Interna	Justiça	Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional	Economia e Inovação	Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas	Obras Públicas, Transportes e Comunicações	Trabalho e Solidariedade Social	Saúde	Educação	Ciência, Tecnologia e Ensino Superior	Cultura	TOTAL
<b>Despesas correntes</b>	<b>176,7</b>	<b>8,5</b>	<b>17,7</b>	<b>903,8</b>	<b>81,1</b>	<b>99,9</b>	<b>75,1</b>	<b>6,6</b>	<b>5,1</b>	<b>12,6</b>	<b>2,7</b>	<b>530,9</b>	<b>679,7</b>	<b>444,3</b>	<b>109,6</b>	<b>5,3</b>	<b>3.159,6</b>
Despesas com o pessoal	2,8	4,0	12,5	106,3	73,7	93,4	68,8	2,3	3,5	9,9	1,0	3,5	4,4	358,6	0,7	3,2	748,6
Remunerações Certas e Permanentes	2,7	3,3	8,2	28,1	54,4	73,5	60,5	2,2	3,1	9,2	0,9	3,3	3,7	326,6	0,6	3,1	583,1
Abonos Variáveis ou Eventuais	0,1	0,2	4,3	2,3	7,0	5,5	6,4	0,0	0,1	0,2	0,0	0,1	0,2	2,7	0,0	0,1	29,2
Segurança Social	0,1	0,5	0,1	76,0	12,3	14,4	1,9	0,1	0,3	0,5	0,0	0,1	0,5	29,4	0,1	0,1	136,4
Aquisição de bens e serviços correntes	0,1	0,4	3,7	8,6	7,2	4,4	6,1	0,2	0,4	0,7	0,2	0,3	0,3	0,6	0,1	0,5	33,9
Aquisição de bens	0,0	0,0	0,0	2,4	2,5	1,0	1,5	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,2	0,0	0,0	8,1
Aquisição de serviços	0,1	0,3	3,7	6,2	4,7	3,4	4,6	0,2	0,4	0,6	0,1	0,2	0,3	0,4	0,1	0,4	25,8
Juros e outros encargos				190,1						0,0				0,0			190,1
Transferências correntes	173,8	4,0	0,5	585,3	0,1	2,0	0,1	4,1	1,1	2,0	1,6	527,2	675,0	51,5	108,9	1,6	2.139,0
Administrações Públicas	173,8	4,0	0,0	458,0		1,9		4,1	1,1	2,0	1,6	527,2	674,9	40,2	102,6	1,6	1.993,0
Administração Central	9,2	4,0	0,0	458,0		1,9		4,1	1,1	2,0	1,6	0,2	674,9	11,0	102,6	1,6	1.272,2
Administração Regional																	
Administração Local	164,6													29,2			193,8
Segurança Social				0,0								527,0					527,0
Outras transferências correntes	0,0	0,0	0,5	127,3	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	11,3	6,3	0,0	146,0
Subsídios		0,0		13,2													13,2
Outras despesas correntes	0,0		0,9	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0		0,0	0,0	0,0		33,6		0,0	34,8
<b>Despesas de capital</b>	<b>208,0</b>	<b>3,2</b>		<b>19,5</b>	<b>2,9</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>4,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>				<b>1,8</b>	<b>17,3</b>	<b>0,0</b>	<b>257,2</b>
Investimento	0,0	0,0		0,7	2,9	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0				0,0		0,0	3,7
Transferências de capital	208,0	3,2		18,9		0,5		4,0						0,0	17,3		251,8
Administrações Públicas	208,0					0,5		0,1						0,0	17,3		225,9
Administração Central	0,8					0,5								0,0	17,3		18,5
Administração Regional	140,1																140,1
Administração Local	67,2							0,1									67,3
Segurança Social																	
Outras transferências de capital		3,2		18,9				3,9									25,9
Outras despesas de capital														1,7			1,7
<b>Despesa efectiva</b>	<b>384,7</b>	<b>11,7</b>	<b>17,7</b>	<b>923,3</b>	<b>84,0</b>	<b>100,4</b>	<b>75,1</b>	<b>10,6</b>	<b>5,1</b>	<b>12,6</b>	<b>2,7</b>	<b>530,9</b>	<b>679,7</b>	<b>446,1</b>	<b>126,9</b>	<b>5,3</b>	<b>3.416,8</b>
<i>Por memória:</i>																	
Activos financeiros				2,3													2,3
Passivos financeiros				7.838,5													7.838,5
Transferência para o Fundo Regularização Dívida Pública																	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 6. Execução orçamental do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos**

(Período: Janeiro)

	€ Milhões				
	2008		2009		Tvha (%)
	Total	SNS	Total	SNS	Total
<b>Receitas correntes</b>	<b>1.625,4</b>	<b>664,6</b>	<b>1.756,3</b>	<b>692,0</b>	<b>5,8</b>
Impostos directos	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Impostos indirectos	19,1	0,0	8,0	0,0	-68,2
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	506,5	0,0	240,1	0,0	-52,6
Taxas, multas e outras penalidades	124,9	1,2	103,3	0,5	-20,8
Transferências correntes	919,1	658,3	1.340,3	672,7	42,4
Outros subsectores das Administrações Públicas	864,3	658,3	1.315,1	672,7	50,2
União Europeia	33,3	0,0	22,8	0,0	-75,1
Outras transferências	21,5	0,0	2,3	0,0	-89,2
Outras receitas correntes	55,8	5,1	64,6	18,8	16,8
<b>Receitas de capital</b>	<b>67,0</b>	<b>0,6</b>	<b>53,5</b>	<b>0,0</b>	<b>-67,8</b>
Transferências de capital	66,7	0,6	51,0	0,0	-68,1
Outros subsectores das Administrações Públicas	22,5	0,0	18,3	0,0	-20,0
União Europeia	44,1	0,5	32,7	0,0	-92,4
Outras transferências	0,2	0,0	0,0	0,0	-100,0
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.276,9</b>	<b>458,6</b>	<b>1.370,8</b>	<b>536,9</b>	<b>-79,4</b>
Despesas com o pessoal	239,6	106,2	194,5	63,8	-23,9
Aquisição de bens e serviços	333,6	306,5	421,1	402,1	26,0
Juros e outros encargos	1,1	0,0	0,6	0,0	-48,0
Transferências correntes	629,8	7,5	665,5	6,0	5,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	61,5	5,0	67,8	6,0	9,5
Outras transferências	568,3	2,5	597,7	0,1	4,5
Subsídios	32,7	0,0	26,0	0,0	-86,9
Outras despesas correntes	40,1	38,3	63,2	65,1	68,6
<b>Despesas de capital</b>	<b>14,1</b>	<b>0,6</b>	<b>27,8</b>	<b>0,5</b>	<b>14,0</b>
Investimento	2,0	0,6	0,9	0,5	-54,6
Transferências de capital	10,9	0,0	23,4	0,0	6,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	4,2	0,0	1,8	0,0	-66,8
Outras transferências	6,7	0,0	21,6	0,0	51,1
Outras despesas de capital	1,2	0,0	3,5	0,0	205,8
<b>Saldo global</b>	<b>401,4</b>	<b>206,0</b>	<b>411,2</b>	<b>154,6</b>	
<i>Por memória:</i>					
Despesas de anos anteriores	87,7	80,5	71,3	69,5	
Despesa corrente primária	1.275,9	458,6	1.370,2	536,9	
Saldo primário	402,4	206,0	411,7	154,6	
Saldo corrente	348,4	206,0	385,5	155,1	
Saldo de capital	52,9	0,0	25,7	-0,5	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-4,0	0,0	-8,5	0,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0	0,0	0,0	0,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	405,4	206,0	419,7	154,5	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Não inclui: Fundo Regularização da Dívida Pública (FRDP).

Organismos com execução orçamental em falta:

**2008** - Assembleia da República

**2009** - Assembleia da República, IAPMEI, Autoridade da Concorrência, Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Instituto de Turismo de Portugal, Instituto Nacional de Aviação Civil, CEFOSAP, CEQUAL, CRISFORM, INFARMED, ARS-Centro, Centro Hospitalar de Cascais e Hospital Distrital de S. João da Madeira.

**Quadro 6A. Execução orçamental do subsector dos Serviços e Fundos Autónomos**  
(Período: Janeiro a Dezembro)

	€ Milhões		
	2007	2008	Tvha (%)
<b>Receitas correntes</b>	<b>13.881,0</b>	<b>14.043,5</b>	<b>1,2</b>
Impostos directos	20,5	22,2	8,3
Impostos indirectos	287,4	312,2	8,7
Contribuições para Segurança Social, CGA e ADSE	6.122,1	6.175,8	0,9
Taxas, multas e outras penalidades	1.589,4	1.510,0	-5,0
Transferências correntes	4.925,0	4.988,9	1,3
Outros subsectores das Administrações Públicas	3.421,0	3.411,4	-0,3
União Europeia	1.236,3	1.298,2	5,0
Outras transferências	267,8	279,3	4,3
Outras receitas correntes	936,6	1.034,3	10,4
<b>Receitas de capital</b>	<b>1.368,8</b>	<b>1.704,3</b>	<b>24,5</b>
Transferências de capital	1.281,4	1.553,5	21,2
Outros subsectores das Administrações Públicas	604,9	618,8	2,3
União Europeia	643,9	901,2	40,0
Outras transferências	32,7	33,5	2,7
<b>Despesas correntes</b>	<b>13.494,2</b>	<b>13.793,2</b>	<b>2,2</b>
Despesas com o pessoal	2.118,1	2.037,3	-3,8
Aquisição de bens e serviços	1.164,6	1.103,9	-5,2
Juros e outros encargos	17,6	16,7	-4,6
Transferências correntes	8.717,0	9.417,9	8,0
Outros subsectores das Administrações Públicas	833,4	865,9	3,9
Outras transferências	7.883,6	8.552,0	8,5
Subsídios	1.409,1	1.166,9	-17,2
Outras despesas correntes	67,9	50,4	-25,7
<b>Despesas de capital</b>	<b>1.445,7</b>	<b>1.635,9</b>	<b>13,2</b>
Investimento	392,0	373,0	-4,9
Transferências de capital	961,1	1.170,1	21,7
Outros subsectores das Administrações Públicas	236,7	216,1	-8,7
Outras transferências	724,4	954,1	31,7
Outras despesas de capital	92,6	92,8	0,3
<b>Saldo global</b>	<b>309,9</b>	<b>318,8</b>	
<i>Por memória:</i>			
Despesas de anos anteriores	211,4	76,1	
Despesa corrente primária	13.476,6	13.776,4	
Saldo primário	327,4	335,5	
Saldo corrente	386,8	250,3	
Saldo de capital	-77,0	68,4	
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-24,7	106,4	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-8,9	36,5	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	325,7	248,8	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Não inclui: SNS e Fundo Regularização da Dívida Pública (FRDP).

Organismos com execução orçamental em falta:

2007 - Assembleia da República

2008 - Assembleia da República, Cofre de Previdência da PSP, ERSE e UP-Esc. Gestão

**Quadro 7. Execução financeira consolidada do Serviço Nacional de Saúde**  
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	2007		2008	Tvha (%)
	Universo Real	Universo Comparável		
<b>Receita cobrada</b>	<b>8.274,6</b>	<b>8.190,9</b>	<b>8.379,7</b>	<b>2,3</b>
Subsídio de investimento	75,0	66,9	68,4	2,2
Prestação de serviços	294,5	221,8	223,5	0,8
Próprio ano	147,6	121,5	117,1	-3,6
Anos anteriores	146,9	100,3	106,4	6,1
Transferências correntes obtidas (Orçamento Estado)	7.673,4	7.673,4	7.900,0	3,0
Outros proveitos operacionais	49,9	39,6	42,3	6,8
Próprio ano	23,2	19,5	20,9	7,2
Anos anteriores	26,7	20,1	21,4	6,5
Proveitos e ganhos financeiros	7,6	6,6	5,9	-10,6
Próprio ano	7,5	6,5	5,8	-10,8
Anos anteriores	0,1	0,1	0,1	0,0
Outras receitas	174,2	182,6	139,6	-23,5
Próprio ano (inclui as Outras Rec. SNS) (a)	172,9	171,4	127,9	-25,4
Anos anteriores	1,3	11,2	11,7	4,5
<b>Despesa total do ano</b>	<b>8.192,9</b>	<b>8.079,1</b>	<b>8.337,0</b>	<b>3,2</b>
Despesas com o pessoal	1.713,5	1.495,5	1.506,1	0,7
Compras	467,6	368,7	379,4	2,9
Fornecimentos e serviços	301,6	274,0	283,6	3,5
Subcontratos	5.403,5	5.645,9	5.883,0	4,2
Produtos vendidos farmácias (b)	1.448,2	1.451,9	1.512,0	4,1
Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (c)	657,2	658,3	729,5	10,8
Outros subcontratos (d)	367,0	347,5	370,3	6,6
Outros serviços de saúde - Hospitais EPE (e)	2.931,1	3.188,2	3.271,2	2,6
Imobilizações	152,1	142,1	115,6	-18,6
Outras despesas exercício (inclui as Outras despesas do SNS) (f)	154,6	152,9	169,3	10,7
<b>Saldo</b>	<b>81,7</b>	<b>111,8</b>	<b>42,7</b>	

Fonte: Administração Central do Sistema de Saúde, IP

**Notas:** A colunas "2007 - universo comparável" corresponde ao universo "Sector Público Administrativo" em 2008.

A taxa de variação homóloga acumulada (tvha) compara os valores de 2008 com os valores do universo comparável de 2007.

(a) Incluem Outras Receitas do SNS.

(b) Inclui a Diabetes Mellitus e inclui os encargos com as Unidades Locais de Saúde.

(c) Inclui encargos com as Unidades Locais de Saúde.

(d) Inclui o Hospital Fernando da Fonseca, Hospital da Cruz Vermelha, da Prelada, o CMFR Sul e não inclui as farmácias hospitalares.

(e) Não inclui encargos com medicamentos e meios complementares de diagnóstico e terapêutica das Unidades Locais de Saúde.

(f) Inclui despesa com Protocolos com Subsistemas, Parcerias, IPSS e outros serviços oficiais e ainda Convenções Internacionais.

**Quadro 8. Execução orçamental da Segurança Social**  
(Período: Janeiro)

€ Milhões

	2008	2009	Tvha (%)
<b>Receitas correntes</b>	<b>1.995,9</b>	<b>1.925,6</b>	<b>-3,5</b>
Contribuições e quotizações	1.239,4	1.262,8	1,9
Adicional ao IVA	57,7	59,4	3,1
Transferências correntes da Administração Central	497,8	544,2	9,3
Transferências do Fundo Social Europeu	143,6	4,2	-97,1
Outras receitas correntes	57,5	55,1	-4,2
<b>Receitas de capital</b>	<b>1,0</b>	<b>,7</b>	<b>-23,9</b>
Transferências do Orçamento de Estado	,0	,0	-
Outras receitas capital	1,0	,7	-23,9
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.425,1</b>	<b>1.540,4</b>	<b>8,1</b>
Pensões	898,7	950,7	5,8
Sobrevivência	128,7	138,7	7,8
Invalidez	101,5	103,4	1,9
Velhice	668,4	708,5	6,0
Subsídio familiar a crianças e jovens	56,4	73,2	29,7
Subsídio por doença	39,3	41,5	5,6
Subsídio desemprego e apoio ao emprego	130,4	141,6	8,6
Outras prestações	48,9	73,8	51,0
Acção social	104,6	117,7	12,6
Rendimento Social de Inserção	32,0	38,1	18,9
Administração	25,7	25,1	-2,4
Outras despesas correntes	54,7	53,7	-1,8
<i>das quais:</i>			
Transferências e subsídios correntes	54,7	53,7	-1,8
Acções de Formação Profissional	34,3	25,1	-27,0
<i>das quais:</i>			
Com suporte no Fundo Social Europeu	24,1	,1	-99,4
<b>Despesas de capital</b>	<b>,6</b>	<b>1,1</b>	<b>78,2</b>
PIDDAC	,0	,6	-
Outras	,6	,6	-14,2
<b>Saldo global</b>	<b>571,2</b>	<b>384,8</b>	
<i>Por memória:</i>			
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-,9	-83,7	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-2,0	0,0	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	572,1	468,5	

Fonte: Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, IP

**Quadro 9. Execução orçamental da Caixa Geral de Aposentações**  
(Período: Janeiro)

€ Milhões

	2008	Grau execução (%)	2009	Grau execução (%)	Tvha (%)
<b>Receitas correntes</b>	<b>541,1</b>	<b>7,2</b>	<b>691,7</b>	<b>9,1</b>	<b>27,8</b>
Contribuições para a Caixa Geral de Aposentações	506,5	7,9	240,1	6,3	-52,6
Quotas de subscritores	95,8	6,5	98,6	6,9	3,0
Comparticipação do Orçamento do Estado	320,0	9,4	-	-	-
Contribuição de entidades	56,9	6,2	75,9	5,2	33,5
Administrações Públicas	33,8	5,6	-	-	-
Outros	-	-	65,5	7,0	15,2
dos quais:					
- Estado	-	-	17,0	7,2	-
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	-	-	11,7	7,1	-
Subvenções vitalícias	-	-	0,7	8,4	-
Pensões de preço de sangue	-	-	2,5	7,4	-
Outras	-	-	2,1	7,4	-
- Outras Administrações Públicas	-	-	33,2	6,9	-
Transferências correntes	31,2	3,2	450,0	12,2	1.342,9
Orçamento do Estado	16,8	2,2	450,0	12,2	2.572,2
Deficientes das Forças Armadas / Invalidez	11,5	7,1	-	-	-
Subvenções vitalícias	0,7	8,0	-	-	-
Pensões de preço de sangue	2,5	7,5	-	-	-
Outras transferências do OE	2,2	7,5	-	-	-
Comparticipação do Orçamento do Estado	-	-	450,0	14,3	-
Adicional ao IVA	0,0	0,0	0,0	0,0	-
Fundo dos Antigos Combatentes	-	-	0,0	0,0	-
Outras transferências correntes	14,3	6,4	0,0	0,0	-100,0
Outras receitas correntes	3,5	2,7	1,6	1,5	-53,7
<b>Receitas de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>
<b>Despesas correntes</b>	<b>540,6</b>	<b>7,0</b>	<b>570,8</b>	<b>7,2</b>	<b>5,6</b>
Despesas com pessoal	0,9	12,9	1,1	15,3	17,7
Aquisição de bens e serviços correntes	1,2	3,7	1,0	3,5	-12,7
Juros e outros encargos	0,2	13,3	0,1	17,1	-44,8
Transferências correntes	538,2	7,0	568,5	7,2	5,6
Pensões e abonos da responsabilidade de:					
Caixa Geral de Aposentações	472,7	7,0	502,5	7,3	6,3
Orçamento do Estado	16,5	7,1	16,6	7,0	0,6
Outras entidades	47,6	7,0	49,5	7,1	3,9
Outras transferências correntes	1,4	44,8	0,0	0,0	-100,0
Outras despesas correntes	0,1	4,1	0,1	7,7	86,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>0,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Saldo global</b>	<b>0,6</b>		<b>120,9</b>		
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	0,0		0,0		
Passivos financeiros líquidos de amortizações	0,0		0,0		
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	0,6		120,9		

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

**Quadro 10 - Execução orçamental da Administração Regional**  
(Período: Janeiro a Dezembro de 2008)

	€ Milhões				
	2007	2008			Tvha (%)
	Administração Regional	Região Autónoma da Madeira	Região Autónoma dos Açores	Administração Regional	Administração Regional
<b>Receitas correntes</b>	<b>1.566,2</b>	<b>967,6</b>	<b>718,8</b>	<b>1.686,4</b>	<b>7,7</b>
Impostos directos	464,7	300,4	199,2	499,6	7,5
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Rendimento Pessoas Singulares (IRS)	306,2	197,8	137,7	335,6	9,6
Imposto sobre Rendimento Pessoas Colectivas (IRC)	157,5	102,2	61,4	163,6	3,9
Impostos indirectos	724,3	489,0	318,9	807,9	11,5
<i>dos quais:</i>					
Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA)	442,7	336,3	216,9	553,2	25,0
Contribuições para a Segurança Social, CGA e ADSE	9,9	6,1	4,3	10,4	5,3
Taxas, multas e outras penalidades	35,4	40,2	12,4	52,6	48,7
Rendimentos da propriedade	9,3	2,8	5,0	7,8	-16,2
Transferências correntes	288,6	112,6	158,6	271,2	-6,0
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	237,9	86,1	143,0	229,1	-3,7
Venda de bens e serviços correntes	17,9	11,9	14,7	26,6	48,7
Reposições não abatidas nos pagamentos	3,5	1,4	2,5	3,9	11,9
Outras receitas correntes	12,6	3,2	3,2	6,4	-49,8
<b>Receitas de capital</b>	<b>596,7</b>	<b>147,2</b>	<b>282,2</b>	<b>429,4</b>	<b>-28,0</b>
Venda de bens de investimento	0,9	0,2	0,1	0,3	-70,3
Transferências de capital	595,7	147,0	282,0	429,0	-28,0
<i>das quais:</i>					
Administração Central - Estado	312,7	81,8	206,3	288,1	-7,9
Outras receitas de capital	0,1	0,0	0,2	0,2	23,4
<b>Despesas correntes</b>	<b>1.637,0</b>	<b>997,5</b>	<b>764,0</b>	<b>1.761,5</b>	<b>7,6</b>
Despesas com o pessoal	705,4	402,8	349,8	752,7	6,7
Aquisição de bens e serviços	354,3	240,6	164,9	405,5	14,5
Juros e outros encargos	51,9	52,1	13,5	65,6	26,3
Transferências	462,9	248,3	188,9	437,2	-5,5
Subsídios	45,3	28,5	34,3	62,9	38,7
Outras despesas correntes	17,2	25,2	12,5	37,7	119,3
<b>Despesas de capital</b>	<b>530,2</b>	<b>283,0</b>	<b>242,6</b>	<b>525,7</b>	<b>-0,9</b>
Investimento	271,7	228,0	113,6	341,6	25,7
Transferências	258,2	55,0	128,7	183,8	-28,8
Outras despesas	0,3	0,0	0,3	0,3	1,9
<b>Saldo global</b>	<b>-4,4</b>	<b>-165,8</b>	<b>-5,6</b>	<b>-171,4</b>	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	23,7	43,7	3,3	47,0	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-1,1	255,8	-0,3	255,5	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	-29,1	46,3	-9,2	37,2	

Fonte: Governos Regionais da Madeira e dos Açores

**Quadro 11. - Execução orçamental da Administração Local**  
(Período: Janeiro a Dezembro)

€ Milhões

	Universo Real		Universo Comparável		
	2007	2008	2007	2008	Tvha (%)
<b>Recostas correntes</b>	<b>5.677,5</b>	<b>5.609,5</b>	<b>5.530,3</b>	<b>5.609,5</b>	<b>1,4</b>
Impostos directos	2.406,8	2.227,0	2.348,7	2.227,0	-5,2
Imposto Municipal sobre Transmissões	933,8	766,3	913,5	766,3	-16,1
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.017,9	1.070,6	990,6	1.070,6	8,1
Imposto Municipal sobre Veículos	138,4	135,7	134,7	135,7	0,7
Derrama	313,4	247,6	307,1	247,6	-19,4
Outros	3,2	6,7	2,8	6,7	139,2
Impostos indirectos	241,2	228,3	238,1	228,3	-4,1
Taxas, multas e outras penalidades	238,5	229,5	235,6	229,5	-2,6
Rendimentos da propriedade	189,9	229,9	180,9	229,9	27,1
Transferências correntes	1.843,4	1.912,4	1.791,0	1.912,4	6,8
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	1.498,5	1.620,1	1.455,0	1.620,1	11,3
Fundo de Equilíbrio Financeiro	1.054,9	1.105,8	1.024,5	1.105,8	7,9
Fundo Social Municipal	148,6	148,5	144,7	148,5	2,6
Participação IRS	295,0	365,8	285,8	365,8	28,0
Venda de bens e serviços correntes	696,1	708,4	680,0	708,4	4,2
Reposições não abatidas nos pagamentos	11,7	11,3	9,6	11,3	17,8
Outras receitas correntes	49,9	62,8	46,4	62,8	35,3
<b>Recostas de capital</b>	<b>1.473,3</b>	<b>1.411,7</b>	<b>1.435,6</b>	<b>1.411,7</b>	<b>-1,7</b>
Venda de bens de investimento	143,0	134,5	139,3	134,5	-3,4
Transferências de capital	1.294,8	1.257,5	1.260,8	1.257,5	-0,3
<i>das quais:</i>					
Lei das Finanças Locais	692,5	716,8	672,1	716,8	6,7
Fundo de Equilíbrio Financeiro	688,7	715,8	668,3	715,8	7,1
Fundo de Coesão Municipal	2,4	1,0	2,3	1,0	-59,4
Fundo de Base Municipal	1,5	0,0	1,5	0,0	-100,0
Outras receitas de capital	35,6	19,7	35,5	19,7	-44,6
<b>Despesas correntes</b>	<b>4.604,8</b>	<b>4.813,1</b>	<b>4.478,0</b>	<b>4.813,1</b>	<b>7,5</b>
Despesas com o pessoal	2.079,0	2.104,0	2.023,2	2.104,0	4,0
Aquisição de bens e serviços	1.630,9	1.734,4	1.582,8	1.734,4	9,6
Juros e outros encargos	183,4	220,9	178,9	220,9	23,5
Transferências	481,9	493,7	468,6	493,7	5,4
Subsídios	134,0	143,1	131,9	143,1	8,5
Outras despesas correntes	95,6	117,1	92,8	117,1	26,2
<b>Despesas de capital</b>	<b>2.393,3</b>	<b>2.509,3</b>	<b>2.341,1</b>	<b>2.509,3</b>	<b>7,2</b>
Investimento	1.990,6	2.045,8	1.943,5	2.045,8	5,3
Transferências	375,6	419,7	370,6	419,7	13,2
Outras despesas	27,0	43,7	26,9	43,7	62,3
<b>Saldo global</b>	<b>152,8</b>	<b>-301,1</b>	<b>146,8</b>	<b>-301,1</b>	
<i>Por memória:</i>					
Activos financeiros líquidos de reembolsos	-7,8	-2,3	2,91	-2,3	
Passivos financeiros líquidos de amortizações	-34,2	175,3	-33,6	175,3	
Poupança (+) / Utilização (-) de saldo da gerência anterior	126,3	-123,5	110,2	-123,5	

Fonte: Ministério das Finanças e da Administração Pública

Universo:

2007: Falta 1 município

2008: Falta a execução orçamental relativa a 12 municípios

Universo comparável: 296 municípios

**Quadro 12. Indicadores físicos do sistema de protecção social da Função Pública**

<b>Pensionistas</b>																		
	<b>Aposentação/reforma</b>									<b>Sobrevivência e outros</b>			<b>Abonos abatidos de aposentação/reforma</b>					
	Velhice e outros motivos			Invalidez			Total			Total	H	M	Total	H	M			
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M									
<b>2008</b>																		
Janeiro	329.443	201.794	127.649	74.469	36.937	37.532	403.912	238.731	165.181	131.854	18.970	112.884	685	492	193			
Fevereiro	330.234	202.014	128.220	74.689	37.004	37.685	404.923	239.018	165.905	131.988	19.025	112.963	834	601	233			
Março	331.194	202.356	128.838	74.803	37.026	37.777	405.997	239.382	166.615	132.082	19.058	113.024	814	606	208			
Abril	332.123	202.726	129.397	74.975	37.083	37.892	407.098	239.809	167.289	132.300	19.081	113.219	744	560	184			
Maió	332.151	202.457	129.694	74.964	37.013	37.951	407.115	239.470	167.645	132.086	19.063	113.023	1.404	1.050	354			
Junho	333.429	202.732	130.697	75.224	37.094	38.130	408.653	239.826	168.827	131.972	19.088	112.884	1.141	849	292			
Julho	334.460	203.046	131.414	75.445	37.182	38.263	409.905	240.228	169.677	132.749	19.275	113.474	577	411	166			
Agosto	335.597	203.337	132.260	75.509	37.163	38.346	411.106	240.500	170.606	133.082	19.348	113.734	846	632	214			
Setembro	336.876	203.678	133.198	75.591	37.178	38.413	412.467	240.856	171.611	133.075	19.302	113.773	570	406	164			
Outubro	337.528	203.713	133.815	75.621	37.159	38.462	413.149	240.872	172.277	133.637	19.407	114.230	690	525	165			
Novembro	339.015	203.975	135.040	75.684	37.159	38.525	414.699	241.134	173.565	133.990	19.451	114.539	746	530	216			
Dezembro	340.315	204.179	136.136	75.697	37.135	38.562	416.012	241.314	174.698	134.047	19.546	114.501	1.017	766	251			
<b>2009</b>																		
Janeiro	342.033	204.669	137.364	75.727	37.134	38.593	417.760	241.803	175.957	134.096	19.533	114.563	557	405	152			
<b>Novos Pensionistas de aposentação/reforma</b>																		
	Administr. Central			Administr. Regional			Administr. Local			Militares e forças Segurança			Outros			Total		
	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M	Total	H	M
<b>2008</b>																		
Janeiro	1.426	480	946	12	6	6	112	94	18	164	151	13	218	156	62	1.932	887	1.045
Fevereiro	991	199	792	27	18	9	161	120	41	172	153	19	494	394	100	1.845	884	961
Março	1.040	310	730	15	8	7	160	120	40	181	160	21	492	365	127	1.888	963	925
Abril	946	278	668	20	12	8	189	138	51	119	104	15	571	449	122	1.845	981	864
Maió	464	140	324	362	120	242	116	92	24	37	33	4	442	325	117	1.421	710	711
Junho	1.589	419	1.170	140	60	80	324	245	79	259	221	38	367	256	111	2.679	1.201	1.478
Julho	1.134	304	830	88	29	59	243	193	50	85	70	15	279	213	66	1.829	809	1.020
Agosto	1.197	272	925	91	31	60	224	174	50	108	96	12	427	332	95	2.047	905	1.142
Setembro	1.267	297	970	71	28	43	232	172	60	70	45	25	291	218	73	1.931	760	1.171
Outubro	848	187	661	49	15	34	120	81	39	45	31	14	310	222	88	1.372	536	836
Novembro	1.684	419	1.265	87	24	63	224	168	56	76	45	31	225	128	97	2.296	784	1.512
Dezembro	1.402	312	1.090	109	46	63	255	189	66	70	39	31	494	352	142	2.330	938	1.392
<b>2009</b>																		
Janeiro	1.620	391	1.229	123	61	62	212	162	50	222	193	29	128	81	47	2.305	888	1.417

Fonte. Caixa Geral de Aposentações, I.P.